

*Globalização e Estado nas revoluções globais de 1968:
Irã, Brasil e Indonésia*

*Globalization and the State in the global revolutions of
1968: Iran, Brazil, and Indonesia*

Matias Spektor

O termo *globalização* caracteriza uma condição de aumento expressivo das conexões sociais, políticas e econômicas entre partes do planeta que antes gozavam de relativa autonomia umas das outras. Dessa maneira, a série de processos típicos da globalização geralmente representa um desafio a modos autárquicos de governança baseados no Estado nacional. Isso dito, é plausível conceber períodos nos quais graus crescentes de globalização convivem com o progressivo fortalecimento dos Estados nacionais. Essa tem sido, afinal de contas, a narrativa da década de 2000. Assim, problemas transnacionais – tais como mudança do clima, proliferação nuclear, pandemias, crime organizado, instabilidade financeiri-

Matias Spektor é coordenador do Centro de Estudos sobre Relações Internacionais da FGV, sediado no CPDOC, Rio de Janeiro, Brasil (matias.spekton@fgv.br).
Artigo recebido em 20 de julho de 2010 e aprovado para publicação em 22 de setembro de 2010.

ra, pirataria em alto mar etc. –provocam em países de todo o mundo o fortalecimento dos Estados nacionais, como se vê na renovada preocupação com temas de segurança nacional, modelos de integração regional defensiva, o crescente papel do Estado na economia e no comércio, a criação de fundos soberanos, a atenção ao papel de novas “potências emergentes” e a modelos de governança internacional baseados no concerto de potências grandes ou em ascensão (por exemplo, o G8 e o G20, o “quarteto” na Organização Mundial do Comércio, o Conselho de Segurança das Nações Unidas, a nova distribuição de poderes no Fundo Monetário Internacional etc.).

Este artigo explora uma instância histórica na qual um aspecto da globalização terminou criando ambiente propício para o fortalecimento do Estado nacional: os protestos globais de 1968 e a resposta conservadora de elites autoritárias em grandes países em desenvolvimento, que, no afã de conter os efeitos desestabilizadores daquela era, terminaram fortalecendo seus regimes e seus respectivos Estados.

Os eventos de 1968 provocaram erupções mais ou menos espontâneas em todo o globo. O processo de ruptura daquele período foi global e conectou lugares tão díspares quanto Paris, Praga, Berkeley, Washington, Berlim e Pequim. A narrativa do período é relativamente similar: grupos de jovens saíram às ruas para questionar e desafiar as autoridades estabelecidas e denunciar a política das grandes potências no Vietnã e no então chamado Terceiro Mundo em geral. Não surpreende, portanto, que historiadores contemporâneos dedicados ao estudo de 1968 venham buscando uma “análise transnacional da mudança social” para explicar as mudanças tectônicas que teriam “chacoalhado o mundo inteiro” (Horn e Kenney, 2004; Kurlansky, 2003; Marwick, 2000).

A literatura existente sobre o período aceita como premissa tácita a noção de que o epicentro das transformações da década de 1960 teria sido o Atlântico Norte. O argumento básico é aquele segundo o qual foi em sociedades do mundo industrializado que eclodiram os conflitos espontâneos entre gerações que terminaria marcando todo o período. Apenas recentemente incorporou-se a China à narrativa global de 1968, situando a fúria revolucionária inicialmente promovida por Mao Tsé Tung desde meados da década, mas logo radicalizada pela juventude maoísta, no marco dos protestos globais que eclodiram ao mesmo tempo em outros países (Suri, 2003).

O que ainda falta nesse quadro é uma análise cuidadosa dos impactos das revoluções de 1968 no resto do chamado Sul global – aqueles países do mundo pós-colonial que, por força do processo de globalização, terminariam desenvolvendo laços de interdependência profunda com as sociedades industriais do Norte. Nesse sentido, a história global dos eventos de 1968 ainda está por ser escrita.

Mesmo um olhar superficial identifica a medida em que o Sul global foi parte integral das revoluções globais de 1968. Basta pensar nos eventos de mobilização da juventude no Rio de Janeiro, Cidade do México, Córdoba (Argentina), Teerã, Istambul ou Jacarta. Em todos esses países a conexão é clara entre o espírito de revolta do fim da década de 1960 e transformações profundas nos campos da autoridade pública, música, educação, costumes e normas sociais.

Assim como ocorreu no Norte global, essas sociedades assistiram a uma onda de protestos urbanos que desafiavam as formas existentes de autoridade, com estudantes se rebelando contra seus governantes e pais. As erupções de 1968 no Sul global não começaram com um partido de vanguarda ou um levante de trabalhadores. A mudança cresceu espontaneamente do descontentamento com as normas sociais dominantes típicas do pós-guerra, assim como das tensões crescentes dessa parcela da população com modos autoritários de governança e com as intervenções de seus respectivos governos no âmbito da Guerra Fria. Em todos esses lugares, uma população universitária cada vez maior começou rapidamente a traduzir seu descontentamento em protesto ativo. Essas sociedades, cujas economias eram até a década de 1950 eminentemente rurais, agora eram ambientes em vias de franca urbanização e industrialização, não apenas criando tensões sobre os próprios sistemas políticos, mas também causando ansiedades inéditas nas respectivas elites governantes. O resultado desse processo foi um vácuo entre esses vários governos locais e os protestos de rua, que terminariam por provocar explosões de violência urbana sem precedentes na história dessas sociedades.

Sem querer nem poder oferecer estudos de caso históricos em profundidade aqui, o presente artigo apresenta brevemente as trajetórias de Brasil, Irã e Indonésia em 1968 e busca explorar o modo em que a globalização do conflito afetou os respectivos regimes e Estados nacionais. Os três países foram selecionados porque ilustram a força da globalização dos conflitos de 1968, bem como as respostas autoritárias que avançaram na direção de fortalecer a capacidade de o Estado nacional controlar, conter e barrar futuras revoltas.

Na década de 1960 as sociedades iraniana, brasileira e indonésia experimentavam uma verdadeira transformação social de fundo. Em uma questão de anos, passaram da condição de economias rurais a sociedades urbanas em via acelerada de modernização. Nenhum período representa melhor essa tendência que o fim da década de 1960 e o início da de 1970. Em nenhum outro período histórico países que não eram grandes potências acumularam tamanha capacidade econômica, militar e tecnológica.

Nesse período Brasil, Irã e Indonésia viram sua riqueza relativa aumentar dramaticamente, descolando-se ano a ano de outros países do Terceiro Mundo. Utilizando um indicador composto que combina PIB e gastos milita-

res, por exemplo, fica evidente que esses três países são representativos da tendência geral de fortalecimento progressivo de países emergentes (cujo crescimento relativo, em geral, foi de 5% entre 1960-1965; 4,3% entre 1965-1970; e 25,5% entre 1970-1975). Mais especificamente, segundo esse índice criado com o objetivo de mensurar o aparecimento de potências emergentes na segunda metade do século XX, o crescimento das capacidades materiais do Brasil foi de 9,7% (1960-65), 13% (1965-70) e 30,6% (1970-75). A Indonésia passou de 32,9% (1960-65) para 12,2% (1965-70) e de lá para 50% (1970-75). O Irã teve a trajetória espetacular de 3,9% (1960-65), 32,3% (1965-70) e 125,5% (1970-75) (Mariani e Spektor, 2007).

Um dos efeitos diretos desse processo de fortalecimento relativo foi a progressiva adoção de medidas mais ambiciosas e assertivas dentro e fora das fronteiras. Antes membros pobres e francamente tangenciais da sociedade de estados, essas entidades ascenderam na escala de influência internacional. A trajetória ascendente é mais clara em contextos regionais. Enquanto na década de 1950 o Brasil e a Argentina estavam equiparados em termos de riqueza nacional e gastos militares, as duas trajetórias começaram a distanciar-se na década de 1960. Por volta dos eventos de 1968, as curvas já são nitidamente divergentes, com o Brasil ascendendo e a Argentina declinando. No Oriente Médio, durante todo o período que vai da década de 1950 aos eventos de 1968 o Irã é o principal poder regional, distanciando-se muito de Israel e da Arábia Saudita – diferença que somente viria a ser reduzida a partir da década de 1970 (quando também tem início a ascensão relativa do Iraque). No caso do Leste Asiático, a Indonésia da década de 1960 é claramente mais poderosa do que as Filipinas ou a Tailândia, embora o fim da década assista a um relativo declínio de Jacarta (revertido definitivamente a partir de 1974) (Mariani e Spektor, 2007). Cálculos materiais de poder, embora sejam sempre de difícil operacionalização e tendam a dizer pouco ou nada sobre o poder político de um país nas relações internacionais, são úteis para estabelecer o argumento de que algumas sociedades selecionadas do Terceiro Mundo, nos anos 1960, assistiram a uma dramática transformação de poder em sentido ascendente. Foi nesse contexto que tiveram lugar as erupções de 1968.

O autoritarismo no Brasil, Irã e Indonésia não foi um produto de 1968. As três sociedades conheciam novas formas de repressão desde o início da década. No curto período entre 1963 e 1965, por exemplo, os militares brasileiros patrocinaram um golpe que chamaram de “Revolução”, o general Su-

harto na Indonésia derrubou o presidente Sukarno para instalar uma “Nova Ordem”, e o xá Reza Pahlevi lançou sua “Revolução Branca”. Os três projetos representavam o ímpeto de modernização autoritária e conservadora que tinha como mote o progresso material. O modelo era o de expandir e fortalecer o aparelho de Estado, tanto para fomentar a industrialização nacional quanto para alargar a influência e o poder nacional fora das fronteiras. Essas reformas contaram, ao menos inicialmente, com apoio significativo das populações locais.

Por volta de 1968, contudo, uma onda de descontentamento interno espalhou-se pelas três sociedades. Espelhando aquilo que ocorria nos Estados Unidos, Europa e China, essas sociedades assistiram a uma onda de greves e passeatas estudantis, desordem urbana, sequestro de diplomatas e assassinato de “subversivos”, “terroristas” e paramilitares. Nos três casos o resultado foi a crescente divisão e o estranhamento mútuo no seio da sociedade. A partir do início da década de 1970, a resposta dos três governos foi brutal e encabeçada por entidades policiais semi-legais: DOI-CODI no Brasil, Savak no Irã e Kopkamtib na Indonésia.

As percepções da mudança interna nessas sociedades estão capturadas no seguinte comentário sobre um protesto estudantil no Irã:

Comparados com os eventos recentes nas universidades de Columbia, Berkeley, Paris e Roma, a situação estudantil no Irã é, ao menos por agora, tranquila e bem controlada... no Irã, a mobilização estudantil é sobretudo uma função do *status quo* político. Politicamente, o xá e seu regime nunca estiveram tão firmemente no comando... Isso não quer dizer que uma nova geração de iranianos seja menos passiva que a juventude em outros países. Instintos adolescentes rebeldes existem. Os mesmos são facilitados pela epidemia de mobilização estudantil em outras partes do mundo, inclusive no bloco comunista... Em 1963, grandes mobilizações ocorreram na Universidade de Teerã, sendo brutalmente reprimidas pela ação da polícia... No futuro, métodos brutais da polícia poderiam contribuir para uma explosão estudantil. Entretanto, a liderança do governo do Irã está convencida de que ação policial forte é coerente com o exercício da autoridade, conforme a prática histórica iraniana. Sua crença na eficácia de tais medidas tem sido fortalecida pelos relatórios dramáticos de rebeliões estudantis nos Estados Unidos e em outros países que o governo do Irã vê como excessivamente condescendentes... Naturalmente, a situação estudantil [do Irã] pode explodir a qualquer momento.¹

Embora não seja claro que os protestos na rua conseguiram desafiar a autoridade básica das elites dirigentes, em 1968 os líderes de Irã, Brasil e Indonésia acreditavam estar diante de algum perigo interno. E ainda que controlassem as armas, as finanças e os meios de comunicação, e os contestadores nas ruas fossem relativamente fracos e isolados, as autoridades perdiam progressivamente a capacidade de assegurar a obediência de seus respectivos públicos sem ter de recorrer ao uso da força.

Nas três sociedades havia alguma preocupação com o possível avanço do comunismo ou do socialismo nas frestas abertas pelos protestos nas universidades e nas ruas. Entretanto, nas três sociedades o comunismo havia sido brutalmente reprimido. No caso de Irã e Brasil, os partidos comunistas estavam fora da legalidade há anos. Mas tão ou mais preocupante do que a guinada desses países para o polo soviético no contexto da Guerra Fria era a erupção de formas crescentemente radicais de nacionalismo terceiro-mundista. Quando, por exemplo, um protesto estudantil levou ao confronto na Universidade de Brasília em 1965, o embaixador americano no Brasil viu sinais de um nasserismo incipiente – uma mistura de socialismo terceiro-mundista com tons de nacionalismo. Da mesma forma, uma estimativa do sistema de inteligência dos Estados Unidos acreditava que a Indonésia de Sukarno havia patrocinado uma “política da emoção e políticas públicas aventurescas”, para as quais o melhor antídoto respondia pelo nome de Suharto. A juventude indonésia, dizia o estudo, era uma “força de ruptura”. O radicalismo poderia aumentar e fugir do controle se os comandos de estudantes que já haviam ocupado as ruas no início da década de 1960 agora voltassem para montar uma aliança com o jovem oficialato militar, formando uma coalizão nacionalista.²

As rebeliões estudantis no Brasil, Irã e Indonésia não conseguiram derubar os respectivos regimes. Ao contrário, os militares brasileiros, Suharto e o xá terminaram forçando ainda mais a mão e aumentando seu poder sobre as respectivas populações como resposta à onda de protestos. Esses regimes ainda contavam com o respeito de parcelas significativas do público e tanto suas autoridades pessoais quanto a força geral dos regimes que comandavam foram, em parte, fortalecidas na resposta a 1968. O destino dos governos locais, após 1968, não podia ser mais distinto daquele de Charles de Gaulle e Lyndon Johnson, que perderam suas respectivas presidências devido, em boa parte, aos acontecimentos daquele ano. Esses três regimes tampouco sofreram a perda de prestígio experimentada por Leonid Brezhnev na União Soviética, após o envio de tropas para aniquilar a Primavera de Praga, e por Mao Tsé Tung, após incitar a espiral de violência que marcou a Revolução Cultural na China. Mas não há dúvidas de que em Brasília, Teerã e Jacarta crescia o medo diante das manifestações e da renovada evidência dos movimentos de oposição.

Findos os episódios de 1968, a mudança de temperatura nas ruas produziu uma reação conservadora. A resposta dos três regimes foi o uso massivo da força policial, produzindo, por sua vez, a radicalização de formas de protesto, que ficaram cada vez mais violentas. Não se tratava de violência espalhada pela sociedade, como havia sido o caso durante a Revolução Cultural. Em vez disso, a violência explodia em alguns lugares específicos, geralmente isolados. Os governos, por sua vez, mobilizavam seu poder para eliminar rebeliões, caçar os líderes do movimento estudantil e instalar novas e mais sofisticadas formas de controles autoritários. A espiral de brutalidade policial e fúria social somente fortaleceu o padrão de governança repressiva que, nos casos de Brasil e Indonésia, desapareceria muitos anos mais tarde. No caso iraniano, a cultura mais ampla de repressão governamental típica do reinado do xá manteve-se intocada durante e após a revolução islâmica de 1979.

O contexto global da Guerra Fria deu moldura à reação conservadora. As elites governantes de Brasil, Irã e Indonésia utilizaram o confronto global instrumentalmente para caçar e calar a oposição interna, assegurar o controle da sociedade e seus recursos, e consolidar o aparelho de Estado sob seu comando. A operação política para ampliar os controles autoritários dedicava-se a criar e fortalecer as forças de polícia, os serviços de inteligência, prendendo e matando opositores, fechando universidades, infiltrando-se nos partidos políticos e agremiações estudantis, mandando líderes da oposição para o exílio, ocupando os legislativos com políticos vinculados ao regime e plantando bandeira nos respectivos sistemas judiciais. Nas três sociedades a reação conservadora foi apresentada como parte da luta global contra o comunismo internacional.

Dessa forma, as elites governantes nesses três países também se voltaram para os Estados Unidos em busca de auxílio, aceitação explícita e algum grau de legitimidade. Buscaram estabelecer laços mais próximos com Washington com o propósito de fortalecer seu poder interno. Adensando o perfil de suas relações com os Estados Unidos, esses regimes esperavam desenvolver um ambiente dentro dos respectivos países que lhes permitisse conter as pressões crescentemente virulentas e assegurar uma carta branca na implementação de medidas repressivas. A cooperação com os Estados Unidos funcionou como uma ferramenta para reforçar a autoridade estabelecida. Em sua essência, o processo foi uma tentativa de realçar as posições das elites locais internamente, diante de transformações sociais inesperadas e sem precedentes.

Esse processo de aproximação aos Estados Unidos não era novo. Brasília, Teerã e Jacarta eram partes da arquitetura de alianças formais e informais que Washington estabelecera mundo afora desde o período de globalização da Guerra Fria a partir da guerra da Coreia, no início da década de 1950. Essas três capitais haviam sido beneficiadas em suas relações com os Estados Unidos devido ao

peso relativo dos três países nas respectivas regiões. Os três eram receptores de volumes significativos de ajuda internacional, empréstimos e investimentos, cooperação técnica, programas de educação e treinamento, e alguma deferência por parte dos governos Truman, Eisenhower, Kennedy e Johnson. O Brasil fora o principal receptor de recursos da Aliança para o Progresso, o Irã era um dos principais destinos da ajuda americana em todo o mundo, e na Indonésia a operação americana para financiar e treinar a profissionalização do serviço público foi monumental (Simpson, 2008).

Assim, a política de aproximação desses países com a Casa Branca, no início do governo de Richard Nixon em 1969, não era inédita. A marca distintiva, contudo, era a preocupação dominante com o desafio montado por novas formas de protesto social contra as autoridades estabelecidas e as normas dominantes de comportamento social.

Isso dito, vale frisar que a articulação das lideranças iraniana, brasileira e indonésia com o governo Nixon não foi natural nem harmônica. Esses aliados no mundo em desenvolvimento estiveram longe de aderir à visão norte-americana da Guerra Fria por completo ou sem barganhas. Ao contrário, as tentativas locais de somar-se às concepções de Washington provaram ser frágeis e insustentáveis, à medida que os três países ganhavam parcelas cada vez maiores de poder e influência e adotavam políticas externas crescentemente assertivas e questionadoras do *status quo*. É isso que se vê a seguir.

★★★★

A partir de 1969, com o início do governo de Richard Nixon, os Estados Unidos iniciaram uma política de engajamento com países emergentes do então chamado Terceiro Mundo. A seleção incluía o Irã, no Oriente Médio, o Brasil, na América Latina, e a Indonésia, na Ásia. O conjunto de novas políticas tinha por objetivo elevar a interação governamental entre os Estados Unidos e essas potências emergentes. A teoria implícita por trás dessa escolha pregava que a estabilidade internacional dependia menos de um conluio de grandes potências do que da existência de subsistemas regionais relativamente autônomos. A arquitetura do todo dependia da solidez das partes. Por isso, argumentavam seus defensores, os Estados Unidos deveriam aproximar-se não dos soviéticos, mas de atores regionais capazes de ajudar a fortalecer o sistema de alianças anticomunistas que Washington gerenciava em nível planetário. Uma política de associação com esses países seria benéfica para os Estados Unidos porque permitiria a Washington controlar o sistema internacional sem intervenção direta e sem pagar os altos custos de ser polícia global. Os Estados Unidos deviam buscar

uma oportuna *delegação* de poder e responsabilidade, retendo sempre a capacidade de intervir contra graves infrações da ordem ... Os Estados Unidos deviam deferir, progressivamente, parte de sua responsabilidade a potências médias locais, à medida que essas desenvolvem os recursos e a disposição para exercerem um papel responsável na ordem regional (Liska, 1970: 417-423).

Foi esse o espírito da Doutrina Nixon, lançada em novembro de 1969: os aliados dos Estados Unidos passariam a assumir responsabilidade primária de defenderem-se em caso de agressão comunista. Em termos práticos, a declaração servia para justificar a retirada progressiva de tropas americanas do Vietnã. Também sinalizava que a estabilidade internacional não seria mais sustentada por intervenções diretas dos Estados Unidos, mas por uma arquitetura alternativa, menos custosa e mais dependente da delegação de responsabilidades a grandes atores regionais. Em dezembro, Kissinger começou um diálogo secreto para restabelecer contato com a China comunista.

Parte da motivação por trás da Doutrina Nixon nada tinha a ver com um cálculo estratégico global, e sim com o jogo político interno. Nixon desejava diferenciar-se de John F. Kennedy, ex-presidente que fora seu rival e desafeto. Kennedy havia empurrado o país para o Vietnã baseado no princípio de que seu governo estaria disposto a “pagar qualquer preço, carregar qualquer fardo... para assegurar a sobrevivência e o sucesso da liberdade”. Opondo-se à retórica cruzadista de Kennedy, Nixon recorria agora à linguagem do cuidado e da moderação. O discurso oficial transpirava uma sensação de limites, não de infinitas possibilidades. Daí a importância de um “engajamento político-militar ativo” com países-chave do Terceiro Mundo que fossem potencialmente relevantes.

Existia, no entanto, um aspecto adicional por trás da *delegação*. Quinze anos antes de chegar à Casa Branca, Kissinger havia escrito sobre a importância de os Estados Unidos terem alianças com parceiros regionais fortes. Ele argumentava que o objetivo não era apenas lutar contra o comunismo soviético, mas livrar os Estados Unidos “do estigma do colonialismo”. Para ele, seria importante mostrar aos países mais fracos o lado benigno da hegemonia americana. Por isso, caberia a Washington promover um sentimento de interesses, ideias e valores compartilhados com o Terceiro Mundo. Esse espírito de afinidade mútua ajudaria a legitimar a ascendência americana. A *delegação* poderia exercer precisamente tal função (Kissinger, 1955: 416-428).

Antes do governo Nixon, o termo “país-chave” não era comum em círculos acadêmicos ou diplomáticos. Mesmo quando a categoria apareceu no léxico oficial, em 1969, o fez sem seguir critérios precisos. Por isso, a lista de membros potenciais desse clube exclusivo, que nunca era definitiva, geralmente incluía Indo-

nésia, Irã, Nigéria, Brasil, África do Sul, Zaire, Turquia, Paquistão e Argélia. Esses eram os países que prometiam ganhar força e projeção até o fim do século XX. Eles também possuíam alguns traços comuns. Nenhum gozava de um regime plenamente democrático. Em todos, os governantes esperavam que o apoio de Washington fosse uma declaração pública de apoio e uma fonte de legitimidade. Suas elites temiam que o sentimento nacionalista em seus países provocasse uma guinada brusca à esquerda ou em direção a algum tipo de movimento revolucionário. Todos estavam mais ou menos alinhados a Washington. Eram os países mais fortes de suas vizinhanças e seu desempenho econômico naquele momento era tão impressionante quanto as perspectivas de crescimento futuro, à exceção do Zaire. O subgrupo composto por Brasil, Irã, África do Sul e Paquistão tinha ambições nucleares. Todos os países-chave tinham diplomacias crescentemente ativas e esperavam que Washington reconhecesse explicitamente seu suposto status especial nas relações internacionais. Além disso, todos tinham atritos pontuais com os Estados Unidos, mas buscavam evitar choques diretos.

Esses países também temiam que a juventude, animada pelo espírito de revolta de 1968, gerasse turbulência social. Essa dimensão era crucial. Sem dúvida, Nixon, Kissinger, os militares brasileiros, o xá do Irã, o presidente indonésio Suharto e a liderança branca sul-africana temiam o comunismo soviético. Mas temiam mais ainda situações revolucionárias espontâneas dentro de casa, que podiam ter caráter socialista, nacionalista ou simplesmente reformista. Para eles, fatores como o movimento estudantil – socialista ou não – podiam, por si só, comprometer o equilíbrio de poder internacional. Desse modo, a política interna passava a ter significado estratégico global.

Por isso, a política de *delegação* de Nixon e Kissinger não constituía uma ruptura com a experiência pregressa dos Estados Unidos, ainda que fosse uma tentativa de revitalizar antigos laços especiais com países regionalmente significativos. Em Washington, o objetivo era outorgar a esses países um relevo especial na grande narrativa da estratégia americana. Sua expressão política incluía a proclamação pública de “relacionamentos especiais”, o estabelecimento de comissões e grupos de trabalho bilaterais, intercâmbios de alto nível, cúpulas entre chefes de Estado, canais não oficiais de comunicação, troca de enviados secretos, assistência econômica e modernização das Forças Armadas. Não previa grandes mudanças geopolíticas nem buscava refundar as bases da estabilidade mundial. Tratava-se, sobretudo, de uma manobra diplomática.

Kissinger pretendia ter controle pessoal de seu exercício. Talvez, à exceção do Irã, tenha havido pouco ou nenhum envolvimento do presidente Nixon no planejamento ou implementação da *delegação*. O Departamento de Estado tampouco participou diretamente; ao contrário, relutou em aceitar a nova orientação e, muitas vezes, terminou protestando. De modo geral, a *delegação* foi cen-

tralizada em poucas mãos na Casa Branca e encoberta sob um véu de segredo. Não figurou de forma proeminente em debates sobre política externa nem foi sujeita ao escrutínio público, a não ser naquelas situações em que o governo queria vender armas a esses países e, para isso, precisava de uma aprovação formal do Congresso. No que se refere aos custos, a estratégia era relativamente barata. Não se tratava de um retorno aos pactos formais de segurança instaurados pelos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial. A ênfase estava na consulta e na troca de informações com países-chave, em um ambiente personalizado e relativamente informal, com pouco esforço de coordenação política concreta.

Criação que dependia de Kissinger, a *delegação* foi, desde o princípio, resultado de seus atributos pessoais: progredia somente quando ele achava útil e apenas à medida que seu tempo e disposição assim o permitiam. Seu progresso também dependia da capacidade de Kissinger de vencer as inevitáveis batalhas burocráticas inerentes a um projeto que não gozava da simpatia do resto da diplomacia americana.

Ninguém na Casa Branca de Nixon, em 1969, achava preocupante que os países-chave não fossem democracias. Ao contrário, Nixon e Kissinger acreditavam que regimes não democráticos podiam ser bons aliados, quem sabe os melhores. Kissinger havia escrito durante seus anos na universidade que as democracias eram sujeitas às instáveis marés da opinião pública. Seus cidadãos escolhiam líderes inexperientes para representá-los. Seus diplomatas eram forçados a conduzir políticas externas paroquiais, de olho nas eleições seguintes, sacrificando o pensamento estratégico de longo prazo em benefício de ganhos imediatos. Essa visão não era exclusiva de Kissinger. À época, escrevia-se extensamente sobre os perigos da democracia para a condução da política externa, especialmente no caso de países em desenvolvimento cujas sociedades atravessavam processos de rápida modernização. Seria apenas mais tarde que as violações de direitos humanos, em particular no caso brasileiro, começariam a prejudicar o projeto de *delegação* (Almond, 1950; Huntington, 1968; Kissinger, 1974 e 1960: 310-311 e 321; Lippman, 1955).

Portanto, não era apenas o anticomunismo dos países-chave que os tornava bons candidatos para a *delegação*, mas também a confiabilidade e previsibilidade que seus regimes autoritários podiam oferecer a Washington. Usando a repressão, esses governos tinham, na percepção de Kissinger, alguma possibilidade de assegurar a ordem interna. Como o xá do Irã repetia com frequência, seu país era uma “ilha de estabilidade”, a “única nação forte, estável e importante entre o Japão e a Comunidade Europeia”. A revolução que o derrubou em 1979 provaria quão errada era a sua avaliação, mas não era essa a percepção dominante no começo da década.³

Tais dinâmicas introduziam uma contradição no cerne da política da *delegação*. Por um lado, ela estava assentada no princípio básico de que os Estados

Unidos funcionariam como um centro de coordenação da ordem global, ao qual seriam ligados núcleos de apoio regional em todo o mundo. Por outro, entretanto, esses núcleos locais, excessivamente fortes para serem meros delegados de Washington, tinham a expectativa e a capacidade real de barganhar os termos de sua adesão. Isso significava, a médio prazo, que as potências regionais não estariam dispostas a representar os interesses americanos o tempo todo e em todos os assuntos. Nessa perspectiva, seria errado tratar da *delegação* como se fosse um modelo de “hegemonia por procuração”.

De fato, em Brasília, Teerã ou Jacarta havia pouco espaço para deferência às imposições vindas de Washington. As lideranças locais nessas três capitais somente aceitariam alguma *delegação* se os Estados Unidos concordassem em auto-limitar suas ambições, formalizar o sentimento de aliança estratégica e assentar o relacionamento em práticas argumentativas que enfatizassem noções de “igualdade” e “respeito” pelos parceiros mais fracos.

A contenção, repressão e resposta conservadora que os regimes brasileiro, iraniano e indonésio deram às revoluções globais de 1968 em seus respectivos países tiveram efeitos claramente diversos. No Brasil, o efeito da ofensiva do regime foi nitidamente desmobilizador. O processo de abertura negociada e parcial foi lento: um regime que levou dez anos para consolidar-se (1964-1974), levou 15 anos para realizar a transição para eleições presidenciais livres (1974-1989). Na Indonésia, o processo foi similarmente atravancado. Suharto, que ocupara a presidência no golpe de 1965, somente deixaria o poder em 1998 e, como argumentam muitos, menos por força de pressões sociais bem-sucedidas na luta contra o regime do que pelo descontentamento generalizado que resultou da crise financeira na Ásia um ano antes.

No Irã, porém, os impactos de 1968 foram diferentes. A repressão à população estudantil e a radicalização das atividades da polícia secreta terminaram alimentando o sentimento antimonárquico que veria o colapso da dinastia Pahlevi e a fundação da República Islâmica em 1979. Esse movimento, marco do início do radicalismo islâmico que caracteriza uma das principais fontes de atrito nas relações internacionais contemporâneas, era herdeiro direto da resposta conservadora do xá às revoltas de rua dez anos mais cedo.

A globalização dos conflitos de 1968 criou laços de interdependência entre o Norte industrializado e o Sul global que a literatura ainda precisa incorporar, de modo sistemático, à narrativa daquele período. No processo, as elites locais em três grandes países em desenvolvimento reagiram com um pacote de respostas conservadoras de cunho anti-revolucionário. Nos três casos tratava-se não de regimes obscurantistas, mas claramente modernizadores. Nesse processo, as lideranças locais terminaram por fortalecer os respectivos Estados e usar instrumentalmente suas relações com os Estados Unidos para fazê-lo.

Notas

1. Iran Embassy to State, 7 de julho de 1968, 0825z, Central Files Pol 13-2, Iran, NARA.

2. Brasília Embassy to State, 3 de novembro de 1965, 1817z, RG59, Central Files 1964-66, NARA; sobre a Indonésia, ver

State Department, NIE-55-68, 31 de Dezembro de 1968, Lot 90 D 165, NARA.

3. Richard Helms to Kissinger, 'The Shah of Iran's Role as a Regional Leader', the CIA, secret/sensitive memorandum, 4 de maio de 1972, Nixon Presidential Materials Papers, NSC Files, box 479. NARA.

Referências bibliográficas

ALMOND, Gabriel. *The American People and Foreign Policy*. Nova York: Harcourt Brace, 1950.

HORN, Gerd-Rainer & KENNEY, Padraic (eds.). *Transnational Moments of Change: European Society, 1945, 1968, 1989*. Lanham: Rowman and Littlefield, 2004.

HUNTINGTON, Samuel. *Political Order in Changing Societies*. New Haven: Yale University Press, 1968.

KISSINGER, Henry A. Military Policy and Defense of the 'Grey Areas'. *Foreign Affairs*, Washington, D.C. vol. 33, n. 3 (1954-1955): 416-28.

———. Domestic Structure and Foreign Policy. In: *American Foreign Policy*. Nova York: Norton, 1974.

———. *The Necessity for Choice*. Londres: Chatto and Windus, 1961.

KURLANSKY, Mark. *1968: The Year that Rocked the World*. Nova York: Random House, 2005.

LIPPMAN, Walter. *Essays in the Public Philosophy*. Boston: Little, Brown, 1955.

LISKA, George. The Third World. In: Robert E. Osgood et al. (orgs.). *America and the World: From the Truman Doctrine to Vietnam*. Baltimore: John Hopkins University Press, 1970.

MARIANI, Renato & SPEKTOR, Matias. An Empirical Study of Emergence. 2007. (mimeo).

MARWICK, Arthur. *The Sixties: Cultural Transformation in Britain, France, Italy, and the United States, c. 1958-1974*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

SIMPSON, Bradley. *Economists with Guns: Authoritarian Development and US-Indonesian Relations*. Stanford: Stanford University Press, 2008.

SURI, Jeremi. *Power and Protest: Global Revolution and the Rise of Détente*. Princeton: Princeton University Press, 2003.

Resumo

Este artigo captura a tensão entre globalização e Estados nacionais por meio de um estudo de caso sobre as respostas conservadoras aos eventos revolucionários de 1968 no chamado Sul global. A primeira parte do artigo apresenta a narrativa de 1968 no mundo em desenvolvimento. Em seguida, o artigo lida como o modo pelo qual elites locais responderam a esses desafios, fortalecendo seus controles autoritários e estabelecendo laços preferenciais com os Estados Unidos no contexto da Guerra Fria.

Palavras-chave: Brasil; Irã; Indonésia; potências emergentes; mundo em desenvolvimento; globalização.

Abstract

This piece captures the tension between globalization and Nation States by looking at how the global revolutions of 1968 elicited a conservative response in the “Global South”. It first focuses on the spread of revolt across developing societies in and around the year 1968. It then shows the extent to which local elites responded to the challenge from the streets by way of strengthening their authoritarian grip over society and by propping up their own connections with the United States in the context of the global Cold War.

Key words: Brazil; Iran; Indonesia; emerging powers; developing world; globalization.

Résumé

Ce texte saisit la tension entre globalisation et États nationaux examinant les réponses conservatrices aux événements révolutionnaires de 1968 dans le “Sud Global”. La première partie de l’article présente le récit de 1968 dans le monde en développement. Ensuite, l’article traite des façons par lesquelles les élites locaux ont répondu à ces défis, en renforçant leurs contrôles autoritaires et en établissant des liens préférentiels avec les États Unis dans le contexte de la Guerre Froide.

Mots-clés: Brésil; Iran; Indonésie; puissances émergentes; monde en développement; globalisation.